

a partir da compreensão e entendimento do papel dessas obras no sub-campo do ensino de Sociologia/Ciências Sociais na educação básica.

***LÍGIA WILHELMS ERAS** é doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); professora do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC); líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Metodologias e Práticas Pedagógicas.

LIVRO DIDÁTICO, *o ensino de Sociologia e o:*

*Julia Polessa Maçaira**

Livro didático” é a expressão usada, no Brasil, para designar determinados materiais escritos usados em situação escolar, pelos alunos, dentro ou fora da sala de aula e/ou para preparação das aulas. A autoria costuma ser coletiva e sua composição inclui uma detalhada especialização do trabalho editorial, com o envolvimento de pessoas nas áreas pedagógicas, de diagramação e de seleção de imagens. Os livros didáticos definem-se como publicações não periódicas, de circulação pública que guardam ideias e registram a maneira de pensar de seus autores e dos contextos sócio-históricos nos quais foram elaborados. O livro didático configura-se como instrumento do processo de ensino e aprendizagem formais, sendo formulado visando a compreensão de um determinado objeto do conhecimento humano consolidado como disciplina escolar.

Os livros didáticos usados no Brasil são caracterizados por um tamanho “grande” (20 x 27 cm), qualidade do papel diferenciada, impressão colorida e pela utilização de muitos elementos visuais. No Brasil, desde 2010, o formato das obras de Sociologia é especificado no edital do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), que avalia, seleciona e distribui tais materiais para os estudantes das escolas públicas.

As mudanças sofridas pelos livros didáticos ao longo do tempo são objeto de estudo no campo da História da Educação. Vale assinalar que tais livros são ferramentas da recontextualização pedagógica do saber acadêmico na configuração de uma disciplina escolar, sendo essa recontextualização entendida como o processo pelo qual os manuais se apropriam,

selecionam e reorientam os saberes acadêmicos na criação de um discurso pedagógico específico (BERNSTEIN, 1971). Nesse sentido, os manuais são portadores de um princípio de enquadramento da linguagem científica que precisa obedecer a diversas lógicas, múltiplas e complexas, que coexistem e se cruzam na confecção de um manual.

O livro didático, portanto, tem um potencial singular como criador de discursos pedagógicos, revelando uma ou mais concepções possíveis das Ciências Sociais como disciplina escolar em determinado tempo e lugar. Esse tipo de material revela concepções eleitas por autores e editores, compartilhadas e informadas pelos demais profissionais envolvidos com o ensino da disciplina. Esse material também funciona como documento histórico, registrando as seleções didáticas difundidas no momento da publicação.

Os livros didáticos revelam formas de avaliar e aplicar o currículo – tomado enquanto programa oficial ou como prática em sala de aula; são obras polêmicas, pois podem carregar ideologias – e frequentemente são “acusados” disso; são passíveis de avaliações externas (dos governos, dos professores e da comunidade que cerca a escola); e têm um público compulsório e crescente, alcançando uma circulação que os demais livros não chegam nem perto de alcançar; e, por todos esses motivos, são também cercados de interesses econômicos relativos à sua comercialização.

Importante destacar a expressiva presença do Estado brasileiro em iniciativas e políticas de produção de material didático escolar, sua distribuição e avaliação. Desde a década de 1930, até a fase atual do PNLD, diversos estudos sobre o livro no Brasil analisaram a atuação do Estado na implementação de medidas de regulamentação e controle dos conteúdos dos materiais escolares no país.

Bittencourt (2007), por exemplo, propôs uma cronologia para a produção de livros escolares, identificando quatro fases marcantes. O primeiro momento caracterizado pela importação/tradução/adaptação de obras estrangeiras. O segundo, pelo processo de nacionalização da produção (início do século XX). O terceiro momento, por volta da década de 1980, refere-se à consolidação e expansão da produção didática com o aumento da escolarização da população, da profissionalização de autores, acompanhada de aperfeiçoamento tecnológico da produção. Finalmente,

L

o quarto momento inicia-se em 1996, com as políticas educacionais proporcionadas pelos programas governamentais.

A partir dessa análise mais ampla da produção nacional de didáticos, Maçaira (2017) identificou três gerações de livros didáticos voltados para o ensino de Sociologia na educação básica no Brasil, em consonância com as fases da institucionalização da Sociologia Escolar e em diálogo com os momentos significativos das edições escolares no país. A primeira geração compreende o conjunto de manuais publicados entre os anos 1920 e 1940. Tais livros são representantes dos primeiros esforços de sistematização e rotinização da Sociologia não só no ensino secundário, mas como ciência que começava a se estabelecer no país. Sobre tal momento inicial, as reflexões de Meucci argumentam que as obras estavam permeadas por noções de civilidade, civismo e progresso, aspirando uma cultura erudita e científica. Essa primeira geração de livros didáticos de Sociologia se caracteriza pela formação plural de seus autores e pelo teor panorâmico das obras, que versavam, *grosso modo*, sobre a história das ideias sociológicas, apresentando autores e principais correntes teóricas (MEUCCI, 2011).

Em 1942, a Reforma Capanema reformulou o ensino secundário e retirou a Sociologia de seus currículos. A mudança causou enorme impacto na produção e circulação dos materiais didáticos da área cuja publicação diminuiu consideravelmente. Esse período foi marcado pela reedição de obras didáticas de Sociologia já existentes. Com a reintrodução gradativa da Sociologia no ensino médio regular, a partir de 1980, novos livros didáticos de Sociologia começam a ser publicados em um mercado editorial em transformação, com a entrada de grandes empresas no setor e com o crescimento numérico e financeiro do segmento de didáticos. O trabalho editorial se especializa e a divisão do trabalho editorial se complexifica ao longo da década de 1990.

Foi nesse contexto de reinserção gradativa que começou a se delinear a segunda geração de livros didáticos de Sociologia, que compreende as publicações entre 1980 e meados dos anos 2000, analisadas por algumas poucas pesquisas. Esse conjunto de manuais apresenta marcas de heterogeneidade, tendo em comum um esforço ainda tímido de didatização, refletindo os efeitos da posição intermitente da Sociologia nos currículos escolares. Os livros dessa geração ainda guardavam referências e se

L

aproximavam do modelo e do formato dos manuais de cursos de introdução à Sociologia para o ensino superior (SARANDY, 2004).

Em 2008, a Lei nº 11.684, tornou obrigatório o ensino de Sociologia no ensino médio no país. Os livros de Sociologia foram incluídos nas avaliações do PNLD do ensino médio em suas edições de 2012, 2015 e 2018. A partir de 2010, ano de publicação das obras que se submeteram ao PNLD 2012, tem início a terceira geração de livros didáticos de Sociologia. O mercado editorial de didáticos é fortemente impactado pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), através de seu poder de avaliação, seleção, compra e distribuição de manuais didáticos para as escolas. A partir do momento em que o governo inclui a Sociologia no seu programa de compra de livros, as principais editoras do segmento de didáticos passam a investir em obras dessa disciplina, seja convocando autores, seja aceitando projetos de professores que já desenvolviam seus materiais. Essa terceira geração é caracterizada por materiais mais bem diagramados, com maior número de imagens e outros recursos visuais coloridos. Nota-se um esforço maior de didatização no livro do aluno e de elaboração do manual do professor, que se propõe a dialogar com o professor-leitor, sugerindo caminhos e estratégias de utilização do livro na sala de aula (MAÇAIRA, 2017). Do ponto de vista do conteúdo, os livros buscam articular temas, teorias e conceitos das Ciências Sociais, visando apresentar as principais referências das disciplinas Sociologia, Antropologia e Ciência Política (na maioria das vezes, com um evidente predomínio da primeira) e indicam como objetivo o desenvolvimento da imaginação sociológica (DESTERRO, 2016). Também há uma preponderância da organização temática, sendo que os temas presentes na maioria das obras são coerentes com aqueles indicados nos currículos estaduais e que compuseram a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com destaque para trabalho, cultura e desigualdades sociais (MAÇAIRA, 2017). Detalhes sobre cada produção acadêmica que analisou livros didáticos de Sociologia foi feita por Engerroff (2017b).

No início de 2020, o MEC publicou um edital do PNLD Ensino Médio estipulando a compra de obras divididas no que foi chamado de cinco objetos, sendo um deles chamado de “Obras didáticas por áreas do conhecimento e obras didáticas específicas”. Portanto, os livros de Sociologia, tal qual eram conhecidos até a terceira geração, não mais existirão

como tal. Ao optar por livros organizados por áreas de conhecimento, o governo está induzindo a implementação da reforma do ensino médio e da BNCC, ambos projetos que vêm sendo amplamente debatidos e combatidos pelos setores acadêmicos e profissionais, desde 2015. Qual será a parte dedicada à Sociologia nos livros didáticos da área “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas”? Essa mudança no material escolar exigirá um novo esforço analítico para se pesquisar a implantação de um currículo integrado (classificação fraca entre as disciplinas) em um contexto autoritário no qual as decisões vêm de cima para baixo. Será que o PNLD 2021 inaugurará a quarta geração de livros didáticos de Sociologia? Ou esse edital está selando o fim dessa obra didática? Estas são investigações que merecem e precisam ser desenvolvidas pelos pesquisadores da área de ensino de Sociologia.

***JULIA POLESSA MAÇAIRA** é doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professora dessa mesma instituição; coordenadora do Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (LabES); idealizou e organizou a 1ª Olimpíada de Sociologia do estado do Rio de Janeiro, em 2019.

L